

MUNICÍPIO DE PAÇOS DE FERREIRA

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE
AUTOCARROS, PELO PRAZO DE 36 MESES**

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

Procedimento nº: 64/F/2024

CPV principal: 50113200-2 - Serviços de manutenção de autocarros.

2024

Programa do Procedimento

ÍNDICE

Secção I – Disposições Gerais.....	3
1. Identificação do concurso e da entidade adjudicante	3
2. Consulta e disponibilização das peças do concurso	3
3. Órgão competente para presar esclarecimentos	3
4. Júri do Procedimento.....	3
Secção II – Peças do Procedimento	3
5. Peças que constituem o procedimento.....	3
6. Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento	4
Secção III – Propostas.....	4
7. Documentos que instruem a proposta	4
8. Preço base do procedimento	5
9. Prazo de Entrega das Propostas.....	5
10. Modo de Entrega das Propostas	5
11. Prazo de obrigação da manutenção das propostas e retirada das propostas	5
12. Propostas Variantes	6
13. Concorrentes	6
14. Agrupamentos	6
15. Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas	7
Secção IV – Análise das propostas e adjudicação	7
16. Critério de Adjudicação	7
17. Relatório Preliminar, Audiência Prévia e Relatório Final	7
18. Decisão de adjudicação, Decisão de não adjudicação e Aprovação da Minuta do Contrato	8
Secção V – Habilitação e Caução	9
19. Documentos de habilitação a apresentar pelo Adjudicatário	9
20. Modo de Apresentação dos documentos de habilitação	9
21. Notificação da apresentação dos documentos de habilitação.....	9
22. Caução	10
Secção VI – Contrato.....	10
23. Despesas e Encargos	10
Secção VII – Disposições Finais.....	10
24. Foro Competente	10
25. Legislação Aplicável	10
ANEXOS DO PROGRAMA DE PROCEDIMENTO:	11
ANEXO I - Modelo de indicação do preço contratual e respetivo preço unitário	11
ANEXO II - Modelo de declaração de habilitação	12
ANEXO III - Modelo de declaração de Garantia.....	13
ANEXO IV - Modelo de Seguro-Caução.....	14

Secção I – Disposições Gerais

1. Identificação do concurso e da entidade adjudicante

1.1. Este concurso público, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, adotado ao abrigo do artigo 20.º, n.º 1, alínea a), do Código dos Contratos Públicos (CCP), tem por objeto a aquisição de serviços de manutenção de autocarros por um período de 36 meses, nos termos e condições previstas no Caderno de Encargos e demais documentos integrantes do presente procedimento, tendo em vista a celebração de um contrato, enquanto resultado da adjudicação realizada a concurso.

1.2. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão de 28 de novembro de 2007 - que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) - o objeto do concurso enquadra a seguinte categoria CPV principal: 50113200-2 - Serviços de manutenção de autocarros.

1.3. A Entidade Adjudicante é o Município de Paços de Ferreira, com sede na Praça da República, n.º 46, 4590-527 Paços de Ferreira, com o número de telefone +351 255 860 700, fax. número +351 255 860 734, e com o endereço eletrónico geral@cm-pacosdeferreira.pt sendo o horário de funcionamento todos os dias úteis das 9:00 às 16:00 horas.

1.4. A decisão de contratar cabe ao Exmo. Senhor Vereador da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Dr. Paulo Ferreira, no uso das competências delegadas, conforme consta do Edital n.º 355/2022, publicado no DR, 2.ª Série, n.º 61, de 28 de março (fls. 275 a 291 do DR).

2. Consulta e disponibilização das peças do concurso

2.1. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública [acingov.pt](https://www.acingov.pt) acessível através do sítio eletrónico <https://www.acingov.pt>

2.2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e download das peças de procedimento. Para tal, aceder ao endereço <https://www.acingov.pt> , clicar em Aderir, preencher os campos e seguir as instruções.

2.3. Mais informação em apoio@acingov.pt , ou através do telefone n.º 707 451 451.

3. Órgão competente para presar esclarecimentos

O órgão competente para prestar esclarecimentos é o júri do procedimento.

4. Júri do Procedimento

O procedimento é conduzido por um Júri constituído por três membros efetivos, um dos quais preside, e dois membros suplentes, cuja constituição foi aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar.

Secção II – Peças do Procedimento

5. Peças que constituem o procedimento

5.1. O presente procedimento é composto pelas seguintes peças:

- a) Decisão de contratar;
- b) Anúncio do procedimento no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia;
- c) Programa do Procedimento e seus anexos;

d) Caderno de Encargos e seus anexos.

5.2. Fazem parte integrante das peças do procedimento, se for caso disso, os esclarecimentos e as listas de erros e omissões apresentadas pelos concorrentes e a decisão da respetiva aceitação apresentada pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos definidos no presente Programa do Procedimento.

6. Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento

6.1. O regime dos esclarecimentos e das retificações às peças do procedimento e o dos erros e omissões do Caderno de Encargos é o previsto no artigo 50.º e 64.º do CCP.

6.2. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o interessado pode solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, deve apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

6.3. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas o júri do procedimento presta os esclarecimentos a que se refere o número anterior.

6.4. No mesmo prazo referido no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelo interessado, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

6.5. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, ou até ao final do prazo de apresentação da proposta, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.

6.6. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelo interessado devem ser disponibilizados pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento.

6.7. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Secção III – Propostas

7. Documentos que instruem a proposta

7.1. Cada proposta deverá ser instruída com os seguintes documentos, sob pena de exclusão das propostas que não apresentem qualquer um dos mesmos, ou que não os apresentem nos termos e condições de seguida descritos:

- a) **Documento Europeu Único de Contratação Pública** nos termos do modelo aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016.
- b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, a saber:
 - i. Declaração com indicação do preço contratual e respetivo preço unitário, elaborada conforme modelo de proposta de preço constante do **ANEXO I** deste documento;
 - ii. Uma **lista de preços unitários** de todas as espécies de bens a fornecer previstas no presente procedimento, assim como prazo de execução da prestação de serviços;

- iii. Documentos exigidos pelo programa de procedimento que contenham os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato, não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule, nomeadamente a **Certidão Permanente**.
- iv. Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por considerar relevantes para a apreciação da mesma.

7.3. O documento a que se refere o ponto v. da alínea b) do número anterior apenas é exigido relativamente aos recursos humanos referidos na cláusula 4.^a, n.º 1, alínea e), do Caderno de Encargos, pelo que não devendo ser juntas as notas curriculares relativamente aos trabalhadores referidos na cláusula 14.^a do Caderno de Encargos.

7.4. Os documentos que constituem a proposta devem ser todos redigidos em língua portuguesa, nos termos do disposto no artigo 58.º do CCP.

7.5. Os concorrentes devem observar o disposto na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, quanto ao modo de apresentação da proposta.

8. Preço base do procedimento

8.1. De acordo com o disposto no Caderno de Encargos, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar, em todos os Lotes a concurso, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, a entidade adjudicante está disposta a pagar o preço base de **€ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil euros)**, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

8.2. Os preços constantes da proposta devem ser indicados em algarismos, e não incluem o IVA, arredondados à segunda casa decimal.

8.3. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos, até duas casas decimais.

8.4. No caso de agrupamentos de concorrentes, estes devem indicar na proposta os preços parciais correspondentes a cada um dos seus membros.

9. Prazo de Entrega das Propostas

A proposta deve ser apresentada até às **23h59m do 35.º (trigésimo) dia** posterior ao do envio para publicação do anúncio a publicar no Jornal Oficial da União Europeia.

10. Modo de Entrega das Propostas

10.1. A entrega da proposta do presente concurso deverá ser efetuada através de plataforma de contratação pública Acin.gov, acessível no sítio eletrónico <https://www.acingov.pt/>

10.2. Os concorrentes deverão assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos que lhe associarem, de acordo com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, sob pena de exclusão das propostas.

11. Prazo de obrigação da manutenção das propostas e retirada das propostas

11.1. O prazo da obrigação da manutenção das propostas é de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

11.2. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto ao órgão competente para a decisão de contratar.

11.3. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

12. Propostas Variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

13. Concorrentes

13.1. Podem participar no presente procedimento quaisquer pessoas singulares ou coletivas, ou agrupamentos de empresas, que não se encontrem em nenhuma das situações de impedimento referidas neste ponto.

13.2. A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas serão solidariamente responsáveis perante a entidade Adjudicante pela manutenção da proposta, com as legais consequências.

13.3. Não podem ser concorrentes ou integrar um agrupamento as entidades que se encontrem em qualquer das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

13.4. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.

13.5. São excluídas, independentemente da fase do procedimento em que se encontrem, as empresas relativamente às quais se verifique que não cumprem qualquer das condições indicadas na supracitada norma, sem prejuízo da eventual responsabilidade civil pelos prejuízos causados à Entidade Adjudicante.

13.6. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, tendo em vista o fornecimento.

14. Agrupamentos

14.1. Ao concurso poderão apresentar-se Agrupamentos de empresas, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

14.2. A constituição jurídica dos Agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas serão responsáveis perante a Entidade Adjudicante, pela manutenção da sua proposta, com as legais consequências. Qualquer alteração na composição do Agrupamento e/ou do Consórcio terá de ser autorizada previamente pela Entidade Adjudicante, sob pena de exclusão, em qualquer fase do procedimento.

14.3. Os membros de um Agrupamento Concorrente não podem ser simultaneamente Concorrentes no presente concurso, nem integrar outro Agrupamento Concorrente.

14.4. No caso de a adjudicação da aquisição de serviços ser feita a um Agrupamento de empresas, estas associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade de Consórcio externo de responsabilidade solidária, devendo, até à data da assinatura do contrato,

apresentar os seguintes documentos: cópia do Contrato de Consórcio, procuração outorgada por todos os membros do Consórcio ao seu líder, com poderes para este proceder à faturação de todos os trabalhos executados, receber quaisquer quantias ao abrigo do contrato dando a respetiva quitação, bem como poderes para receber todas as notificações e comunicações da entidade adjudicante ou seu representante respeitantes ao contrato celebrado. Deve indicar-se a percentagem de participação de cada um dos elementos do Consórcio e a indicação do líder do Consórcio.

14.5. Quando for o caso, cada uma das Empresas que integram o Agrupamento ou Consórcio deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, uma declaração feita por forma autêntica no país onde tenham sede, de que se submetem à legislação portuguesa e ao foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel, com expressa renúncia a qualquer outro.

15. Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

15.1. O júri, no dia útil imediatamente subsequente ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes através da plataforma eletrónica.

15.2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na plataforma eletrónica referida no número anterior.

15.3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.

15.4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias aplicações, o disposto nos n.ºs 1 e 2.

Secção IV – Análise das propostas e adjudicação

16. Critério de Adjudicação

16.1. A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de monofator, determinada por um único fator – o preço, nos termos da al. a), do n.º 1, do artigo 74.º do CCP.

16.4. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, é adjudicada a proposta selecionada na sequência de **sorteio**, a ter lugar mediante notificação endereçada aos concorrentes pelo Júri, com a antecedência mínima de 24 horas, através da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante.

16.5. O sorteio será realizado pelo Júri no local e à hora indicados na notificação, podendo a ele assistir, se assim o entenderem, os representantes legais dos concorrentes, devidamente mandatados para esse efeito nos termos legais, sendo no final lavrada a respetiva ata.

17. Relatório Preliminar, Audiência Prévia e Relatório Final

17.1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a ordenação das mesmas.

17.2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri propõe também, fundamentadamente, a exclusão das propostas, nos termos do artigo 146.º do CCP.

17.3. Elaborado o relatório preliminar, o júri do procedimento envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo de 5 (cinco) dias úteis para, querendo, se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, salvo se tiver sido apresentada uma única proposta, aplicando-se, nesse caso, o disposto no artigo 125.º do CCP.

17.4. Cumprido o disposto no artigo anterior, e conforme artigo 148.º do CCP, o júri elabora um relatório final, fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no artigo 21.º do presente programa.

17.5. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

17.6. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

17.7. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

18. Decisão de adjudicação, Decisão de não adjudicação e Aprovação da Minuta do Contrato

18.1. Cumpridas as formalidades previstas no ponto anterior, o órgão competente para a decisão de contratar procederá, se for o caso, à adjudicação (por lote), bem como à aprovação da minuta do contrato (por lote), cuja decisão (por lote) será notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes e será acompanhada da respetiva proposta de decisão.

18.2. Considerando o disposto no artigo 16.4 do presente, serão celebrados quatro contratos distintos, para cada um dos lotes a concurso.

18.3. O órgão competente para a decisão de contratar toma a decisão de adjudicação que é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.

18.4. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para:

- a) Apresentar os documentos de habilitação;
- b) Confirmar compromissos assumidos por terceiras entidades no prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação, se aplicável;
- c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
- d) Prestar caução;
- e) Se pronunciar sobre a minuta de contrato, quando este for reduzido a escrito;

18.5. As notificações referidas nos números anteriores são acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

18.6. Simultaneamente com a decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar aprova a minuta do contrato que é notificada, juntamente com a notificação a que se refere o número dois, ao adjudicatário para, querendo, contra ela reclamar, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do artigo 101.º do CCP.

Secção V – Habilitação e Caução

19. Documentos de habilitação a apresentar pelo Adjudicatário

19.1. O adjudicatário deverá apresentar através da supracitada plataforma, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de notificação da decisão de adjudicação, sendo concedido um prazo de 2 (dois) dias úteis para supressão de irregularidades detetadas que possam levar à caducidade da adjudicação, os documentos de habilitação referidos no n.º 1 e n.º 9, se aplicável, do artigo 81.º do CCP, bem como assim o respetivo Registo Central do Beneficiário Efetivo ou respetivo código de acesso.

19.2. O adjudicatário, ou um subcontratado, nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio pode ainda apresentar, em substituição dos documentos de habilitação, uma declaração sob compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade judiciária ou administrativa ou qualquer outra competente, de que pode executar a prestação objeto do contrato a celebrar no Estado de que é nacional de acordo com as regras nele aplicáveis.

20. Modo de Apresentação dos documentos de habilitação

20.1. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados através da plataforma eletrónica de contratação pública, de acordo com a Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, que define as regras e os termos de apresentação dos documentos de habilitação do adjudicatário no âmbito de procedimentos de formação de contratos públicos.

20.2. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, conforme previsto no n.º 2 do artigo 5.º daquela portaria, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

20.3. Com o consentimento do adjudicatário, prestado nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril, a entidade adjudicante consulta a informação relativa a qualquer dos documentos referidos no ponto anterior, estando dispensada a sua apresentação nos termos do ponto 19.1.

20.4. Para esse efeito, informa-se que a entidade adjudicante é o contribuinte n.º 502 173 297, podendo com esse número o adjudicatário formalizar o consentimento junto da entidade competente para tal. O documento comprovativo do consentimento concedido deverá constituir documento de habilitação a apresentar no âmbito da alínea b) do ponto 18.1. do presente Programa.

20.5. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

20.6. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste deste Programa do Procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando prazo para o efeito.

21. Notificação da apresentação dos documentos de habilitação

21.1. Serão notificados em simultâneo todos os Concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo Adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.

21.2. Os documentos de habilitação deverão ser disponibilizados no processo de concurso para consulta de todos os Concorrentes.

22. Caução

22.1. A prestação da caução destina-se a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que o adjudicatário assume com essa celebração.

22.2. O valor da caução é de 5% do preço contratual, quando o mesmo for superior a € 200.000,00 (duzentos mil euros).

22.3. O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 dias contar da notificação da adjudicação, de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 77º do CCP, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.

22.4. A caução destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele resultam, deve ser prestada:

- a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem do Município de Paços de Ferreira, nos termos do modelo constante do Anexo V ao presente Programa, que dele faz parte integrante;
- b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos dos modelos constantes dos Anexos III e IV ao presente Programa, que dele fazem parte integrante.

22.5. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.

Secção VI – Contrato

23. Despesas e Encargos

As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

Secção VII – Disposições Finais

24. Foro Competente

Para resolução de quaisquer litígios emergentes do presente procedimento será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel.

25. Legislação Aplicável

Ao presente procedimento, bem como à outorga e execução do contrato de adjudicação, é aplicável a lei portuguesa, designadamente, o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, e a respetiva legislação complementar, que prevalecerão sobre qualquer eventual disposição do presente Programa que contrarie as suas disposições.

ANEXOS DO PROGRAMA DE PROCEDIMENTO:

ANEXO I - Modelo de indicação do preço contratual e respetivo preço unitário

_____ [denominação social, n.º de identificação fiscal e sede],
neste ato representada por _____ [nome, n.º
de documento de identificação e morada], na qualidade de _____, tendo tomado
inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na
sequência do procedimento de “*aquisição de serviços de fornecimento de refeições escolares, e respetivo
acompanhamento das crianças durante o período de refeição, a alunos de educação pré-escolar e a alunos
do 1.º ciclo do ensino básico do Município de Paços de Ferreira*”, obriga-se a executar todos os trabalhos
e componentes que constituem a presente prestação de serviços de “*fornecimento de refeições escolares
a crianças de educação pré-escolar e a alunos do 1.º ciclo do ensino básico do Município de Paços de
Ferreira*” do Lote ____ a concurso, em conformidade com o Caderno de Encargos, pelo preço contratual
de _____ € (_____ euros) (*por extenso*) e pelo preço unitário, por refeição, de
_____ € (_____ euros) (*por extenso*).

Às quantias *supra* acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu
contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

(Local, Data e Assinatura)

ANEXO II - Modelo de declaração de habilitação

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1 - ... *(nome, número de documento de identificação e morada)*, na qualidade de representante legal de
(1) ... *(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes)*, adjudicatário(a) no procedimento de ... *(designação ou referência ao procedimento em causa)*, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... *(local)*, ... *(data)*, ... *[assinatura (5)]*.

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III - Modelo de declaração de Garantia

Ao Município de Paços de Ferreira

O _____ (Banco), com sede em _____ (morada), com o capital social de _____ (capital social), pessoa coletiva número _____ (número de identificação de pessoa coletiva), representado por _____ (representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)), vem prestar, por conta e a pedido de _____ (nome do adjudicatário), com sede em _____ (morada), na qualidade de adjudicatário do Concurso Público para a “_____”, promovido pelo Município de Paços de Ferreira, garantia bancária autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação, a favor do Município de Paços de Ferreira, até ao valor de _____ Euros (repetir por extenso), em caução do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes da celebração do contrato a que se refere aquele Concurso.

Em consequência, este Banco constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, ao Município de Paços de Ferreira, até àquele valor, sem quaisquer reservas, e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito pelo beneficiário, por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite máximo de 48 horas a contar da solicitação, sem questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo de concurso, documentos a ele anexos e no contrato, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra o Beneficiário que eventualmente pudesse invocar contra o Ordenante, sem possibilidade de recorrer a qualquer benefício de prévia excussão dos bens do Ordenante e sem dependência de qualquer autorização ou concordância do Ordenante.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente Garantia serão processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.

Esta garantia é de € _____ (_____ euros), e só será cancelada quando o Beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do caucionado, decorrentes do acima especificado, o que deverá ser feito de acordo com o estabelecido no contrato a celebrar na sequência do referido Concurso.

Caso alguma das disposições da presente Garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

.... (local), (data)

Assinatura: ...

ANEXO IV - Modelo de Seguro-Caução

A _____ (companhia de seguros), com sede em _____ (morada) presta a favor do Município de Paços de Ferreira, e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com _____ (tomador de seguro), garantia à primeira solicitação no valor de _____ correspondente à caução prevista no Programa de Concurso, destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que _____ (adjudicatário), com sede _____ (morada), assumirá no contrato que, na sequência do respetivo Concurso Público, com ele o Município de Paços de Ferreira para _____ (nome do concurso público)” e é regulado nos termos da legislação portuguesa aplicável.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (cinco) dias úteis seguintes à primeira solicitação do Município de Paços de Ferreira, sem que este tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que _____ (o adjudicatário) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor ao Município de Paços de Ferreira quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado com o tomador do seguro ou relativas ao contrato celebrado entre o Município de Paços de Ferreira e o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições do presente seguro-caução se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

O presente seguro-caução, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogado ou denunciado, mantendo-se em vigor até à sua liberação, nos termos do contrato e da legislação aplicável.

.... (local), (data)

Assinatura: ...

ANEXO V - Modelo de guia de depósito

GUIA DE DEPÓSITO

€ _____,

Vai, _____ residente (ou com sede) em _____

_____ depositar na (sede, filial, agência) de _____

_____ (nome da instituição) a quantia de (por extenso) _____

_____ (em dinheiro ou representada por) _____, como

caução exigida para o contrato de _____, para os efeitos dos art.s 88.º e 89.º do Código dos

Contratos Públicos.

Este depósito fica à ordem do Município de Coimbra, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

...(data)

... (assinatura reconhecida)